

## PONTAL DE CAMBURI

# Pastor alega que muro não impede acesso a manguezal

**Igreja Batista teve 40 dias para retirar tudo o que impedisse circulação de pessoas na região**

ELTON LYRIO  
emorati@redgazeta.com.br

Após uma decisão da Justiça ordenando a retirada de um muro na região de manguezal nos terrenos da Igreja Evangélica Batista de Vitória (IEBV), na Rua do Canal, em Pontal de Camburi, o pastor João Brito Nogueira alega que, no local, não há nada que impeça o acesso de outros moradores à área de preservação. Ele diz o muro é apenas uma contenção e quer um termo de ajustamento de conduta para dar fim à briga, que já dura anos.

Na sexta-feira passada, venceu um prazo de 40 dias dado pela Justiça Federal para que a igreja retirasse tudo o que impedisse o acesso de terceiros ao manguezal. A informação foi publicada com exclusividade pela coluna Victor Hugo, de A GAZETA, na última terça.

O pastor disse que advogados da igreja pediram uma audiência com a juíza que proferiu a decisão. Eles também requisitaram que a Justiça aguarde o resultado da reunião para a formula-



EDSON CHAGAS

**O pastor Brito quer a assinatura de um TAC para resolver polêmica sobre área**

ção do TAC antes de aplicar qualquer decisão. “A igreja preservou essa área durante anos. A IEBV foi única proprietária dessa área de man-

guezal de Camburi até a Ufes que manteve o mangue preservado”, defende o pastor.

Brito afirma que o litígio começou com o fato de vizi-

nhos quererem abrir passagem para o mangue – segundo ele – com o objetivo de construir marinas. Disse ainda que não há muros impedindo o acesso ao local. “Não permitimos isso. Entramos na Justiça, estamos com vários processos. Nesses processos, estamos conseguindo preservar a área como queremos. O desejo da igreja é que a área permaneça como está lá”, disse.

O pastor defende que o termo seja redigido para que o local “continue sen-

do preservado”. Ele também acusa quem deseja abrir passagens para o local de estar interessado na depredação e não na preservação do mangue.

Segundo ele, nunca houve a utilização da área por outra pessoa a não ser o proprietário anterior de quem a igreja comprou. Ele admite que com o TAC a igreja poderá rever alguns pontos. “A ideia é chegar a um acordo. Estamos abertos a um acordo desde que seja algo plausível, porque a igreja é a única que preservou”, disse.

## UNIÃO

Superintendente de Patrimônio da União no Espírito Santo, Magno Pires afirmou que IEBV deve cumprir a decisão judicial e fechar uma passagem que possui em seu terreno para o mangue. “Eles têm de permanecer sem a vista para o mangue, assim como todos os outros vizinhos”, disse.

Pires afirmou que a regularização do terreno da igreja, assim como de outros vizinhos, é outra questão e que a Superintendência de Patrimônio da União (SPU) está aberta a qualquer reunião para discutir esse tema. O superintendente disse que a reunião do dia 19 não está em sua agenda.

## Órgãos licenciadores avaliarão TAC

◼ **O promotor de Meio Ambiente e Urbanismo de Vitória, Marcelo Lemos, afirmou que as propostas para o TAC sobre a área da IEBV terão de ser aprovadas pelos órgãos licenciadores**

**antes de o termo ser firmado. Segundo ele, há indícios de que houve dano ambiental na área, de acordo com a investigação do MPES. Atualmente, o processo tramita na Justiça Federal.**

## Vizinhos vão pedir que instituição seja notificada

◼ Um dos moradores contrários à ocupação e ao cercamento da área de manguezal pela igreja, o biólogo Humberto Ker disse que o grupo vai pedir à Justiça Federal que notifique a igreja sobre o não

cumprimento da decisão. Há anos militando pela causa, ele lembra que o grupo já conseguiu 3 mil assinaturas contra a IEBV.

Humberto Ker diz a afirmação do pastor de que os vizinhos querem

construir marinas no local não é real. No entanto, acredita que um termo de ajuste de conduta possa, sim, ser um bom caminho para acabar com o desentendimento. “Essa proposta é uma via para que a

igreja possa recuperar aquele mangue e destruir as calçadas”, disse.

Segundo o biólogo, o Ministério Público também constatou que a igreja teria avançado 1,8 mil metros quadrados sobre a

área de manguezal. Ele também questiona o fato de a instituição não deixar que os vizinhos tenham “acesso visual ao mangue”, chegando a tapar portões e janelas que davam visão para a área.